

RECURSO ESPECIAL Nº 1.804.342 - SP (2019/0076949-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : JOSE FERNANDO KIOSHI MEASSYRO
ADVOGADO : JOSÉ CARLOS CÉZAR DAMIÃO E OUTRO(S) - SP311302
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. TEMPO DE SERVIÇO LABORADO NO JAPÃO. AVERBAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO DISPOSITIVO TIDO POR VIOLADO. SÚMULA 211/STJ. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a” “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 3ª Região, assim ementado (fl. 172):

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO LABORADO NO JAPÃO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

1. Para a aposentadoria integral exige-se o tempo mínimo de contribuição (35 anos para homem, e 30 anos para mulher) e será concedida levando-se em conta somente o tempo de serviço, sem exigência de idade ou pedágio, nos termos do Art. 201, § 7º, I, da CF.

2. O benefício de aposentadoria por idade está previsto no Art. 48, da Lei nº 8.213/91, e é devido ao segurado, que cumprida a carência, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher.

3. O benefício de aposentadoria por tempo de contribuição postulado na inicial, não encontra previsão no Acordo de Previdência Social celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Japão, que por sua vez, contempla, no caso do Brasil, apenas os benefícios de aposentadorias por idade e por invalidez e pensão por morte sob o Regime Geral da Previdência Social.

4. Tempo total de serviço e contribuição constante dos registros da CTPS e do CNIS, comprovado nos autos, insuficiente para a aposentadoria por tempo de contribuição.

5. O autor não atende o requisito etário exigido para o benefício de aposentadoria por idade previsto no Art. 48, da Lei nº 8.213/91.

6. Apelação desprovida.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação da Lei 8.213/1991 e do art. 1º, "g", Decreto 7.202/2002, ao argumento de que "tem o direito de ver seu tempo laborado no Japão declarado para fins de futura aposentadoria por idade" (fl. 208).

Sustenta que "o que se pediu o foi a declaração do período laborado no japão pelo recorrente, e não aposentadoria por idade" (fl. 212).

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 222-223.

É o relatório. Passo a decidir.

A Corte de origem, ao apreciar a controvérsia, assentou (fls. 170-171):

[...]

Para fins de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição, o autor pretende acrescentar ao seu tempo de serviço comprovado com a CTPS e o CNIS, o período laborado no interregno que esteve residindo Japão.

Contudo, cabe ressaltar que o Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Japão, promulgado pelo Decreto nº 7.702, de 15/03/2012, contempla, no caso do Brasil, apenas os benefícios de aposentadorias por idade e por invalidez e pensão por morte, sob o Regime Geral da Previdência Social, como expressa a redação do Art. 2 - item 2, in verbis:

"Artigo 2 Campo de Aplicação Material Este Acordo será aplicado, I. no que se refere ao Japão, aos seguintes sistemas previdenciários japoneses:

2. no que se refere ao Brasil:

a) às aposentadorias por idade e por invalidez e pensão por morte sob o Regime Geral de Previdência Social:" (negritei)

Portanto, o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição postulado na inicial, não encontra previsão no aludido Acordo de Previdência Social celebrado entre o Brasil e o Japão.

Assim, o tempo total de serviço e contribuição constante dos registros da CTPS e do CNIS, comprovado nos autos, em nome do autor, é insuficiente para a aposentadoria pleiteada.

De outro vértice, o benefício de aposentadoria por idade previsto no Art. 48, da Lei nº 8.213/91, será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher.

No caso em testilha, o autor, nascido aos 02/03/1959, conforme documento de identidade (fls. 10), não atende o requisito etário exigido pelo referido Art. 48, da Lei 8.213/91, para fazer jus ao benefício de aposentadoria por idade.

Destarte, é de se manter a r. sentença tal como posta.

Ante o exposto, nego provimento à apelação.

[...]

Contra o referido julgado, opôs aclaratórios (fls. 177-190), os quais foram julgados, nos seguintes termos (fl. 199):

[...]

Com efeito, esta Turma, ao negar provimento à apelação, o fez sob o entendimento de que o benefício de aposentadoria por idade está previsto no Art. 48, da Lei 8.213/91, e é devido ao segurado, que, cumprida a carência, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher.

No caso em testilha, o autor, nascido aos 02/03/1959, não atende o requisito etário exigido pelo referido Art. 48, da Lei 8.213/91, para fazer jus ao benefício de aposentadoria por idade.

Como se observa do julgado, não há contradição, tendo a matéria de fato e de direito sido analisada na sua inteireza, consoante recurso apresentado, essencial à sua solução, sendo inviável, pois, o acolhimento do presente recurso.

[...]

Evidencia-se, dessa feita, que o artigo 1º, g, do Decreto 7.702/2002 e a tese a ele vinculada não foi apreciado pela Corte de origem, inclusive após terem sido opostos os embargos de declaração, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se à hipótese a Súmula 211/STJ.

Observe-se ser cediço no Superior Tribunal de Justiça que é condição imprescindível ao conhecimento do recurso especial que tenham sido ventilados, ainda que implicitamente, no contexto do acórdão combatido, os dispositivos legais indicados como malferidos, emitindo-se, sobre cada um deles, juízo de valor, interpretando-se-lhes o sentido e a compreensão, de modo que se possa reconhecer qual norma direcionou o *decisum* objurgado, o que não ocorreu *in casu*.

Nesse diapasão, esclarece-se que não cabe falar em prequestionamento *ficto*, face ao art. 1025 do CPC/2015, pois, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, para se possibilitar a sua incidência, cabe à parte alegar, nas razões do seu recurso especial, ofensa ao art. 1022 do CPC/2015, de modo a permitir que seja sanada eventual omissão através de novo julgamento dos aclaratórios, caso existente, providência esta não observada pelo recorrente.

Tal como dito, “a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei” (REsp 1639314/MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 10/4/2017).

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DEMORA NO RESTABELECIMENTO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. PREQUESTIONAMENTO FICTO. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 1.025 DO CPC/2015. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 14/12/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra *decisum* publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Ação de Indenização, ajuizada pela parte agravante contra AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S/A, em decorrência da interrupção do serviço de energia elétrica pelo período de 9 (nove) dias, após a ocorrência de um temporal no Município de São Sepé/RS. O acórdão do Tribunal de origem reformou a sentença que julgara improcedente a ação, condenando a ré ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

III. Não tendo o acórdão hostilizado expandido qualquer juízo de valor sobre os arts. 2º da Lei 9.427/96 e 29, I, da Lei 8.987/95, a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, o da ausência

de prequestionamento - requisito viabilizador da abertura desta instância especial -, atraindo o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"), na espécie.

IV. Na forma da jurisprudência, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (STJ, REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 10/04/2017).

(...)

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1017912/RS, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 16/8/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ALEGADA ILIQUIDEZ DO TÍTULO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRECEDENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A matéria referente aos arts. 783 e 803, do CPC de 2015 não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).

2. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

3. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1098633/MG, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 15/9/2017)

Por fim, quanto à alegada violação da Lei 8.213/1991, o recorrente não indicou os normativos de lei federal ou tratado supostamente violados pelo acórdão recorrido, o que inviabiliza a exata compreensão da controvérsia e impede o conhecimento do recurso especial por deficiência na argumentação recursal, a teor da Súmula 284/STF.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

